

30
abril
2015

sindusconpr.com.br

Informativo

SINDUSCONPR

Mais ideias para a construção • Gestão 2014 | 2016



CAIXA promove o 11º Feirão da Casa Própria

leia na página 03

06 | Terceirização

Aprovada emenda que mantém a
essência do projeto

07 | Seminário

Seconci-PR: um case de
Responsabilidade Social.

12 | Jurídico

Novidades da Legislação
Anticorrupção e os Programas
de Compliance.

Expediente

Diretoria Executiva
Gestão 2014/2016

Presidente

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)

Vice - presidente
Waldemar Trotta Junior
(Trocon Engenharia Civil Ltda.)

1º Vice - presidente Administrativo
Sérgio Luiz Crema
(Amerec Construções Cíveis Ltda.)

2º Vice - presidente Administrativo
Mayra Andrea Doria Mattana
(Doria Construções Cíveis Ltda.)

1º Vice - presidente Financeiro
Sérgio Gugelmin Motter
(Sermo Construções Cíveis Ltda.)

2º Vice - presidente Financeiro
Tiago Colaço Guetter
(Construtora Guetter Ltda.)

Vice - presidentes de Áreas Técnicas

Política e Relações do Trabalho
Wladimir Mazzolla Moraes
(Lavita Engenharia Civil Ltda.)

Responsabilidade Social
Jociana Niespodzinski
(Engfan Construções Cíveis Ltda.)

Indústria Imobiliária
João Carlos Perussolo
(Construtora San Remo Ltda.)

Obras Públicas
Rodrigo José Zerbeto Assis
(Construtora Atenas)

Área Técnica
Euclesio Manoel Finatti
(Braengel Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda.)

Prestação de Serviços
Álvaro Fernandes Coelho
(Plaenge Empreendimentos)

Meio Ambiente
Almir de Miranda Perru
(Perru Construtora de Obras Ltda.)

Banco de Dados
Ubiraítá Antônio Dresch
(Estilo Condomínios Ltda.)

Conselho Deliberativo (Efetivos)
Roberto Damiani Cardoso
(Escoll Engenharia de Solos e Concreto Ltda.)

Ramon Andres Doria
(Doria Construções Cíveis Ltda.)
Marcelo Azevedo Braga
(Braenge Técnicas de Engenharia Ltda.)
Erlon Donovan Rotta Ribeiro
(Construtora Andrade Ribeiro Ltda.)

Ex - presidentes (Natos)

Normando Antônio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)
Hamilton Pinheiro Franck
(H.Franck Construção Civil Ltda.)
Julio César de Souza Araújo Filho
(Construtora Arce Ltda.)

Conselho Fiscal (Efetivos)
Carlos Augusto Emery Cade
(Oros Engenharia Ltda.)
Luiz Carlos Tomaschitz
(T J Engenharia e Empreendimentos Ltda.)
Renato Cláudio Keinert Junior
(Exame Tecnologia Ltda.)
Suplente
Daniel do Amaral Marquêño
(Ponto BR Engenharia Ltda.)

Delegados representantes junto ao Conselho da FIEP (Efetivos)
José Eugênio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)
Gustavo Daniel Berman
(R S Engenharia e Empreendimentos Imobiliários)
Suplentes
Normando Antônio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)
Waldemar Trotta Junior
(Trocon Engenharia Civil Ltda.)

Representantes Regionais
Helmiro Roberto Bobeck - Ponta Grossa
(Construtora Rio da Prata Ltda.)
Luiz Henrique da Silva Chaves - Paranaguá
(Luiz Henrique da Silva Chaves e Cia Ltda.)
Luiz Fernando Gapski Pereira - Guarapuava
(Gapercon Construtora Ltda.)
Luiz Carlos Braun - Pato Branco
(Braun Engenharia Ltda.)
Ademir Antonio Schwarts - Francisco Beltrão
(Empretec Empreendimentos Técnica e Construções Ltda.)

Informativo SINDUSCONPR

Publicação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

Administração:

Rua: João Viana Seiler, 116 – Parolin

Fone (41) 3051 4300

CEP 80.220.270 – Curitiba – PR

sinduscon@sindusconpr.com.br

www.sindusconpr.com.br

Publicação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

Edição:

Assessoria de Comunicação do Sinduscon-PR

Coordenação Editorial: Conexa Comunicação

Jornalista responsável: Fabiane Ribas (DRT: PR 4004)

Edição: Waléria Pereira

Diagramação e editoração: Invente Comunicação

Impressão: JEDS Comp. Gráfica

Patrocínio



Nota da Edição

Qualificação profissional

O Sinduscon-PR e o Seconci-PR, em parceria com o Sesi e o Senai, oferecem uma série de cursos voltados a qualificação profissional de trabalhadores e empresários da construção civil. Para os próximos meses, foram

programados mais de 50 cursos, entre eles: comunicação interpessoal no ambiente de trabalho, gerenciamento de obras, NR-35, pintor de obras, como pagar menos tributos e muitos outros. Aproveite! Saiba mais por meio do telefone (41) 3051-4355 ou pelo e-mail: lidiana@sindusconpr.com.br

Caixa promove o 11º Feirão da Casa Própria

A Caixa Econômica Federal promove de 24 de abril a 14 de junho, a 11ª edição do Feirão CAIXA da Casa Própria. Nesta edição, o foco da CAIXA será o financiamento de habitação popular do Programa Minha Casa, Minha Vida e das demais operações com recursos do FGTS, cujo teto máximo é de R\$190 mil.

O Feirão CAIXA da Casa Própria de 2015 conta com mais de 1.400 parceiros. São cerca 660 construtoras e 390 correspondentes imobiliários CAIXA, além de 354 imobiliárias, que ocuparão os estandes do evento durante os quatro finais de semana de realização. Serão 822 empreendimentos novos que



estarão com as suas unidades em oferta, nas 14 cidades onde o Feirão acontece. A previsão inicial é de que o número de imóveis ofertados seja superior a 200 mil. Serão 5.858 colaboradores

envolvidos com a realização dos eventos deste ano.

Outras informações no site:
<http://www.caixa.gov.br/>

Semana do Crédito Caixa no Sinduscon-PR

O Sinduscon-PR promoveu no mês de abril a 3ª Semana do Crédito Caixa, exclusiva para associados da entidade. O gerente de atendimento e negócios da Caixa Econômica Federal, Alexandre Vieira de Castro, realizou de 13 a 17 de abril, a consultoria e destaca positivamente o retorno de associados que já participaram em outras edições da semana.

"A Semana é sempre muito produtiva para que possamos deixar o empresário

informado sobre os produtos e sobre o cenário econômico atual. Destacamos que neste ano tivemos construtores que vieram na outras semanas e hoje já têm empreendimento em andamento, em parceria com a Caixa", comemora.

O gerente afirma ainda que o banco tem hoje 70% do mercado da construção só em habitação e a parceria institucional com o Sinduscon-PR é importantíssima,



pois ambos caminham com o mesmo objetivo: "proporcionar geração de empregos, renda e qualidade de vida para todos!".

Melhorar o ambiente de negócios no BR é o caminho para a retomada dos investimentos

Como já é sabido, 2015 será um ano de muitos ajustes. A população brasileira já sentiu no bolso o peso do aumento dos impostos (IPTU, ITBI, IPVA, ICMS), que vieram junto com a elevação do preço do combustível, energia e alimentos. O crédito imobiliário também ficou mais caro, com aumento da taxa de jutos.

Na avaliação do economista da CBIC, Luis Fernando Melo Mendes, o cenário é difícil, mas há luz no fim do túnel. "Não adianta agora solicitar ao governo a redução da carga tributária, a estratégia das entidades de classe é apontar soluções para desburocratizar os processos e serviços da administração pública, em todas as esferas, a fim de melhorar o ambiente de negócios", destaca.

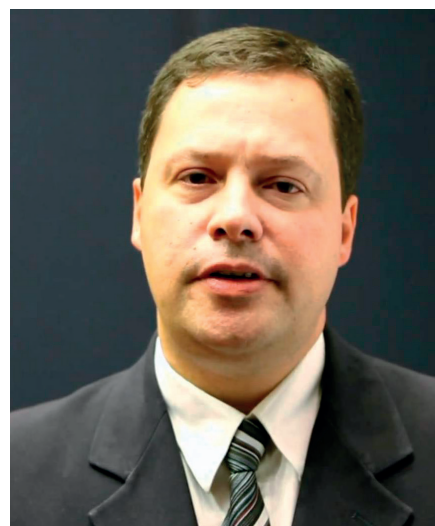
Ele explica que, a otimização da burocracia beneficiaria a iniciativa privada, que veria antes o retorno de seus investimentos, bem como o poder público, que anteciparia arrecadação de impostos. "Os procedimentos para a aquisição de licenças necessárias para a construção de um empreendimento imobiliário, por exemplo, podem ser

reduzidos de seis meses a um ano", frisa.

Na visão do economista, agora está mais do que na hora de simplificar os processos burocráticos, para que quando a economia retomar seu crescimento (possivelmente no segundo semestre do próximo ano), o País esteja mais bem preparado para esta retomada.

"A crise de credibilidade é que dificulta ainda mais o cenário. Quando um analista traça uma perspectiva, ele avalia o momento com o olho no retrovisor, quer dizer, se nada mudar, a situação é esta. Por isso o governo precisa fazer sua parte, para que os empresários, que são agentes de mudança, percebam as oportunidades e sintam-se mais seguros para investir, possibilitando assim a retomada do crescimento econômico", analisa.

A mesma lógica serve para o capital estrangeiro. "Quanto melhor for o ambiente de negócios, mais investidores internacionais serão atraídos para o Brasil. O apelidado Pacote de Maldades do governo federal, por pior que seja, foi uma alternativa para evitar que o País perdesse o grau de investimento, o que traria consequências muito piores", explica Luis Fernando.



Luis Fernando Melo Mendes, economista da CBIC.

Melhorar a eficiência das empresas

Mais do que nunca, as empresas precisam ser mais eficientes e competitivas, aumentando produtividade sem elevar custos. E para contribuir com este processo, o Sinduscon-PR prevê para este ano uma série de cursos, eventos e treinamentos, trazendo para a entidade especialistas e profissionais renomados, a fim de prestar orientações aos associados nas áreas técnicas e de gestão empresarial. Fique por dentro da programação do Sinduscon-PR acessando o site www.sindusconpr.com.br

CBIC entrega estudo sobre concessões e PPPs ao governo federal

O primeiro dia do International Meeting Infrastructure and PPPs alcançou o objetivo esperado: promover um amplo debate sobre o mercado de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

Parcerias Público-Privadas e concessões públicas certamente representam hoje a alternativa mais viável de investimentos, principalmente em projetos de infraestrutura. Um das ações imediatas apresentadas no encontro foi

a necessidade de se criar no Brasil um centro de excelência sobre PPPs, como um fórum apropriado para discutir as experiências internacionais.

Durante a solenidade de abertura do evento, realizada no dia 27 de abril, o presidente da CBIC, José Carlos Martins, entregou o documento “PPPs – Propostas para ampliar a participação das empresas” ao ministro do

Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, que contém conceitos e propostas para aprimorar e simplificar o processo de concessões e PPPs. “A ideia é criar uma situação de maior conforto para os investidores, formas mais criativas de garantias e a inserção de um número maior de empresas na disputa”, destaca Martins.

Fonte: CBIC

Encontro das Micro e Pequenas Indústrias do Paraná

Nos dias 13 e 14 de maio, das 8h às 18h, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), promove o Encontro das Micro e Pequenas Indústrias do Paraná e o II Workshop de Oportunidades de Crédito, no pavilhão Horácio Coimbra, no Campus da Indústria, em Curitiba.

O evento com parceria do SEBRAE, a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná -

FACIAP e a Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná – FAMPEPAR, possui como temática central as Oportunidades de Crédito e Inovação, conforme comunicado da Presidência pelo ofício nº 87/2015-PRES de 09/03/2015.

O objetivo do evento é proporcionar o encontro de empresários de indústrias de micro e pequeno porte, mostrando

histórias de superação e práticas reais de inovação e uso do crédito, para a competitividade das indústrias deste segmento. Além de dispor novas possibilidades, negócios e aprendizados de maneira dinâmica, provocativa e interativa, em um espaço de criatividade, boas ideias e muitas conexões.

Informações e inscrições pelo e-mail: ger.sindicatos@fiepr.org.br



A Sodexo é líder mundial em serviços de qualidade de vida e possui o portfólio mais completo do Brasil.

Entre em contato e agende uma visita:
Isis Karoline de Camargo
41 2105-9331 / 41 8868-6062
www.sodexobeneficios.com.br

sodexo
SERVIÇOS DE QUALIDADE DE VIDA

Aprovação de emenda mantém essência de projeto da terceirização

A Câmara dos Deputados retomou, no dia 22 de abril, a votação do Projeto de Lei 4330/04, que regulamenta a contratação de serviço terceirizado no Brasil. O plenário da Casa aprovou uma emenda aglutinativa que alterou alguns pontos do texto-base aprovado no último dia 8, mas manteve a essência da proposta, que libera a terceirização em todas as etapas do processo produtivo. Para o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, a aprovação mostra que os deputados se mantiveram coerentes, pensando na modernização das relações de trabalho no país.

“Houve bom senso e a possibilidade de terceirização de atividade-fim, um dos pontos essenciais do projeto, foi mantida. Isso certamente trará segurança a empresas que utilizam essa prática e principalmente aos trabalhadores, criando novas oportunidades para a geração de negócios e empregos”, disse Campagnolo. “Os deputados se mostraram comprometidos com a modernização das relações trabalhistas, essencial para a competitividade da economia Brasileira. É isso que os eleitores esperam dos parlamentares que elegeram”, completou.

Para o presidente do Sistema Fiep, é importante que o bom senso seja mantido pelo Senado Federal, para onde o projeto será enviado após a aprovação pela Câmara. “É fundamental que o projeto não seja desvirtuado, especialmente por posicionamentos ideológicos que não levem em conta os benefícios que essa medida traz para a economia e a segurança que dá aos trabalhadores”, afirma Campagnolo.

Emenda – Além de manter a possibilidade de terceirização da atividade-fim, a emenda aprovada nesta quarta – apresentada pelo próprio relator do PL 4330/04, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA) – diminuiu de 24 para 12 meses a quarentena que o ex-empregado de uma empresa deve cumprir para que possa oferecer serviços à mesma empresa no âmbito de uma contratada de terceirização.

A emenda também determina que, nos contratos de terceirização não sujeitos à retenção na fonte de 11% da fatura – prevista na Lei 8.212/91 para serviços de limpeza ou segurança, por exemplo – ou às alíquotas relativas à desoneração da folha de pagamentos, a contratante será obrigada a reter o equivalente a 20% da folha de salários da contratada,

descontando da fatura. Outra mudança feita pela emenda diminuiu o recolhimento antecipado do Imposto de Renda na fonte de 1,5% para 1% para empresas de terceirização dos serviços de limpeza, conservação, segurança e vigilância.

A emenda do relator também muda o ponto sobre a sindicalização. Fica mantido o trecho aprovado no dia 8 que prevê a filiação dos terceirizados ao mesmo sindicato da contratante apenas se ambas as empresas pertencem à mesma categoria econômica. Entretanto, a emenda retira a necessidade de se observar os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho.

Quanto à responsabilidade da contratante, a emenda torna solidária a responsabilidade da contratante em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela contratada.

Nesse tipo de responsabilidade, o trabalhador pode processar tanto a contratada quanto a contratante.

Fonte: Agência FIEP

Seconci-PR: um case de Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social começa a partir das atitudes de cada indivíduo. Este é um dos principais recados transmitidos no I Seminário de Gestão Empresarial Estratégica e Responsabilidade Social, realizado pelo Sinduscon-PR e Seconci-PR, no dia 23 de abril, na sede administrativa das entidades.

O evento, promovido pela CBIC e pelo Fórum de Ação Social e Cidadania (FASC), teve como objetivo alinhar o conhecimento e entendimento sobre o que é Responsabilidade Social e inspirar as empresas para a mudança por meio da apresentação de cases de sucesso. Em Curitiba, foram convidados o professor de Responsabilidade Social Corporativa e mestre em administração, João Paulo Vergueiro, o coordenador do sistema de gestão da qualidade da Construtora Laguna, João Costa Junior, e a gerente de responsabilidade social do SESI, Sonia Beraldi de Magalhães.

A primeira palestra teve como foco priorizar os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa e suas aplicações, ministrada pelo professor João Paulo Vergueiro. Como exemplo na indústria da Construção Civil, o profissional citou o Seconci, uma iniciativa que surgiu há 50 anos e que tem como premissa oferecer um conjunto de ações em prol dos trabalhadores



do setor. Um dos fatores relevantes no Seconci-PR, apontado pelo presidente do Sinduscon-PR e do Seconci-PR, José Eugenio Gizzi, é a diminuição no número de acidentes de trabalho devido as orientações realizadas pela entidade. "Nós temos o orgulho em dizer que somos responsáveis por reduzir o índice de acidentes em até 50% nas empresas atendidas pela entidade".

O case de sucesso do evento foi a Construtora Laguna, com 19 anos de atuação que desenvolve ações de Responsabilidade Social e Sustentabilidade dentro da empresa. O coordenador do sistema de gestão da qualidade da empresa, João Costa Junior, explanou sobre as ações realizadas pela empresa que hoje ajuda cerca de 10 empresas/instituições, entre elas o IPCC (Instituto Pró-cidadania de Curitiba) e o Erasto Gaertner. Destacou ainda um prédio verde idealizado pela construtora

que contemplou diversas soluções sustentáveis, desde a concepção do projeto. Como resultado, uma redução de 21% no consumo de iluminação, 29% em ar-condicionado e 59% de água.

Para encerrar o Seminário, a gerente de responsabilidade social do SESI, Sonia Beraldi de Magalhães, destacou a importância das ações responsáveis a partir de cada indivíduo. Sonia apresentou o projeto Gestão Sustentável para a Competitividade que está em desenvolvimento, e contempla 360 micro e pequenas empresas de cinco territórios diferentes. O objetivo é diagnosticar o patamar de incorporação de práticas de Sustentabilidade nas indústrias; introduzir ao empresariado os principais fatores de Sustentabilidade, internos e externos à sua empresa; fornecer conhecimento e meios de ação para aumentar a Competitividade de sua empresa e sensibilizar para a importância de tal mudança.

Controle tecnológico do concreto

A pesar da presente série de artigos tratar das principais mudanças ocorridas na revisão da ABNT: NBR 12655 – Concreto de Cimento Portland: preparo, controle, recebimento e aceitação, que passou a vigorar no dia 15 de fevereiro e demais normas correlatas, preliminarmente, faz-se necessário desmistificar o conceito de controle tecnológico e sua importância para as obras correntes de concreto armado.

É importante informar ao colega menos desavisado que as normas possuem força de lei, amparadas pelo artigo 39, parágrafo 8º, no capítulo IV do código de defesa do consumidor. É sabido que o referido código trata-se de uma lei de ordem pública, sendo, portanto, nulos de pleno direito os serviços realizados em desconformidade com uma norma técnica da ABNT, assim como quaisquer cláusulas contratuais que a contrariem. Em suma, os engenheiros não possuem o direito a desconhecer ou de não aplicar as normas técnicas da ABNT.

Por outro lado, fugindo do contexto jurídico, é necessário esclarecer os impactos técnicos gerados pela aplicação correta ou não do controle tecnológico do concreto em uma obra.

Visando facilitar o entendimento, façamos uma analogia. Imaginemos que determinado cidadão veste uma calça de cintura tamanho 42, o que equivale especificar uma calça padronizada com cintura de 84 cm e 94 cm de quadril. O interessante é que apesar destas serem as padronizadas, haverá variações das reais medidas das calças fabricadas, que em média apresentarão as dimensões padronizadas. Aqui entra um ponto de reflexão chave: se duas fábricas distintas

produzem calças de mesmos modelos, a partir dos mesmos materiais e com medidas padronizadas dentro da média, significa necessariamente que as calças servirão igualmente e perfeitamente em quem as adquirir? A resposta é não. Obviamente, dentro da variabilidade intrínseca dos lotes dos materiais, da mão de obra, dos equipamentos e processos produtivos empregados, ambas as calças terão variabilidades diferentes. E em que implica essa variabilidade? Em lotes de calças com maior ou menor probabilidade de rejeição pelos seus futuros usuários. Comparativamente neste caso, quanto menor a variabilidade, maior a qualidade do produto e menor a sua rejeição, o que agrega valor ao produto final e aumenta a competitividade de uma fábrica em relação as suas concorrentes.

E no caso das estruturas de concreto armado? A situação é diferente? Não, todavia as construtoras/empreiteiras são responsáveis pela sua fabricação e na maioria das vezes o concreto similarmente é apenas um dos componentes que compõem a calça, neste caso, a estrutura. Portanto, o concreto por si só não pode ser responsabilizado pelo insucesso como um todo do desempenho da estrutura. Todavia, se este não for corretamente especificado e controlado, certamente fará parte de um dos fatores que afetarão este desempenho. Nota-se ainda que diferentemente de uma calça, o mau desempenho de uma estrutura pode culminar em risco de vida dos seus usuários.

O concreto está para segurança de uma estrutura assim como o sistema de freios está para a segurança de um veículo. Portanto no caso do concreto, cabe ao board de engenheiros envolvidos com a estrutura, especificá-lo corretamente,

eventualmente fabricá-lo (concreto rodado em obra) e sempre controlá-lo a fim de verificar a sua conformidade com estas especificações. Então, a partir destas verificações poderão ser tomadas atitudes ou não em função dos resultados obtidos.

Como todo o Engenheiro de obra não deixa de ser um gestor, não fica difícil de adaptar a gestão do concreto ao ciclo PDCA (P = plan : fase de planejamento; D = do: fase de execução; C = control: fase de controle e A: action – fase de ação). No caso das estruturas, a fase de planejamento constitui a fase de projeto e especificação das propriedades do concreto, necessárias ao desempenho desejado, além é claro do delineamento do controle. Na fase de execução, o concreto é produzido, seja por uma central dosadora (usina) ou in-situ (na obra). A fase de controle é a etapa em que são realizadas as amostragens e ensaios para verificação da conformidade do concreto com as especificações. Finalmente a fase de ação, corriqueiramente subestimada pelos engenheiros, em que se devem analisar criticamente os resultados dos ensaios e tomar as atitudes cabíveis sempre em prol do atendimento mínimo das especificações e aumento da qualidade do produto. Cabe reforçar que analisar as variações e buscar suas fontes visando de diminuí-las é sinônimo de aumento de qualidade e redução de custos e principalmente auxiliar na garantia da segurança.

Como as novas diretrizes normativas estão diretamente ligadas a todas as etapas acima descritas, as delinearemos individualmente nos próximos quatro artigos.

Eng. Prof. Cesar Henrique S. Daher
diretor de Planejamento do IDD

Evento estimula a segurança no trabalho em alturas

O Sinduscon-PR foi apoiador do evento Andaimos Inteligentes: Produtividade x Segurança no Trabalho em Alturas, realizado pela 3+ Inteligência em Andaimos, no dia 16 de abril, na sede social da entidade, no Centro Cívico. A ocasião teve por finalidade reunir empresários e trabalhadores do setor para conscientizar e orientar sobre acidentes no trabalho em alturas.



Os andaimes estão entre os equipamentos que, se mal utilizados, são grandes causadores de acidentes de trabalho. "Foram abordadas as estatísticas de acidentes de trabalho em alturas. E a conclusão é que os andaimes estão em primeiro lugar

na lista dos acidentes. Por isso, esse equipamento é tão importante e faz toda a diferença na construção civil", afirma Dalila Rodrigues, técnica de segurança do trabalho do Seconci-PR.

A empresa 3+ Inteligência em Andaimos apresentou o andaime fachadeiro, um

equipamento de última geração, cujo diferencial é a montagem que chega a ganhar 30% de agilidade, sendo mais prática e com a segurança adequada para não causar acidentes. De acordo com a empresa, quando utilizado do modo correto, o andaime pode até ser considerado um EPC (Equipamento de Proteção Coletiva).



executiva
outsourcing

Reduza os custos da sua empresa.
Terceirize sua Folha de Pagamento e a Gestão do eSocial,
com a **EXECUTIVA OUTSOURCING**.

Uma empresa que atua no mercado a mais de 17 anos, e
que administra mais de 500.000 vidas por ano, através de sua
Suíte de Serviços.

Entre em contato e solicite uma visita
41 3668-7782
comercial@executiva.adm.br
www.executiva.adm.br

Atendimento odontológico gratuito para os trabalhadores, direto no canteiro de obras



Um dos serviços oferecidos pelo Seconci-PR é a Unidade Móvel de atendimento que funciona como um local de trabalho completo e permite comodismo aos trabalhadores por estar dentro dos canteiros de obras. Tudo isso com atendimentos de qualidade e profissionais especializados.

Os funcionários terão de forma prática, atendimentos odontológicos como exame clínico, limpeza, restauração, extração simples, procedimentos preventivos como flúor, aplicação de selante, orientação na escovação e higiene bucal. Em casos em que o paciente precise de tratamento

de canal, cirurgia de periodontia e extração de siso, é necessário encaminhá-lo até a sede.

A coordenadora da área odontológica do Seconci-PR, Samantha Pugsley, afirma que é importante manter a saúde bucal em dia com a manutenção dos dentes saudáveis. "Possuir todos os dentes é importantes para a correta mastigação, fonética e estética. Também, dentes cariados causam mau-hálito", orienta.

A especialista ainda orienta que a limpeza da língua é fundamental, pois é nela que param alimentos que se

não forem retirados são maior causa de mau-hálito.

Outra vantagem da unidade móvel é uma economia para o trabalhador e uma facilidade para o empresário que valoriza a saúde dos profissionais colaboradores sem precisar desembolsar a mais por isso.

Quero agendar uma data

Para contratar a unidade móvel é necessário que a empresa seja associada ao Seconci-PR e forneça uma área sem riscos para o posicionamento do trailer. A mesma deve oferecer a ligação de água, esgoto, luz e zelador para auxílio na limpeza, sendo os únicos investimentos necessários para a realização do serviço.

Os atendimentos odontológicos pela unidade móvel acontecem de segunda a sexta-feira, das 12h30 às 16h30. Para solicitar este serviço, basta entrar em contato pelos telefones (41) 3051-4345 ou 3051-4389 ou ainda pelos e-mails odontoagendamento@sindusconpr.com.br e odontologia@sindusconpr.com.br

Clínica Tecnológica aborda desempenho de edificações habitacionais



O Sinduscon-PR, em parceria com o Senai, promoveu uma Clínica Tecnológica, no dia 16 de abril, que abordou o tema Desempenho Acústico: Como a arquitetura manipula as variáveis do meio ambiente. O assunto foi conduzido pela engenheira civil Eliane Jorge dos Santos, especialista em Gestão de Obras e Mestranda em

Habitação pelo Instituto Tecnológico do Estado de São Paulo.

A especialista colocou em pauta desempenho acústico, tipologia arquitetônica e formal, tecnologia construtiva, relação exterior/interior, cheios e vazios, implantação e

orientação e ainda, relação funcional / espacial entre as diferentes atividades e espaços.

Van da Inovação

Após a palestra, os participantes foram convidados a conhecer a Van da Inovação, um veículo adaptado que apresenta novos produtos tecnológicos existentes no mercado.

A proposta do Sinduscon-PR é levar esta Van até os canteiros para que os trabalhadores e empresários possam conhecer o que há de mais moderno em equipamentos, e assim possam melhorar processos, aumentar a produtividade e a qualidade das obras. Na Van estão máquinas de projeção de reboco, pernas mecânicas para uso em pinturas externas e muito mais.

Aproveite para conhecer!



**NO PARANÁ E EM SANTA CATARINA,
AS MELHORES OBRAS COMEÇAM AQUI.**

Uma obra de qualidade é aquela que exige excelência em todas as etapas da construção ou reforma. E é para esse tipo de obra que a Versátil produz, vende e aluga andaimes, escoras e balancins de qualidade superior. Em seu próximo projeto, faça um orçamento com a gente.

VERSÁTIL
A marca do andaime

(41) 3661-6000
Locação | Venda
Encontre a Versátil mais próxima de você:
www.versatilandaimes.com.br

Legislação anticorrupção e programa de compliance



Em entrevista ao Sinduscon/PR, os advogados Fernando Vernalha Guimarães (Doutor em Direito/UFPR) e Luiz Fernando Pereira (Doutor em Direito/UFPR), sócios do Vernalha Guimarães & Pereira Advogados, chamam a atenção para cautelas que devem ser observadas pelas empresas em relação à lei anticorrupção e às técnicas de compliance.

Sinduscon/PR: Quais as práticas ilícitas de corrupção tratadas pela nova lei e quais as consequências que lhe foram associadas?

Fernando Vernalha Guimarães: Todos os atos e fatos que possam envolver iniciativas de um particular em obter vantagens indevidas de um agente público ou de uma entidade pública estão abrangidas nas hipóteses de incidência da legislação anticorrupção. Fundamentalmente, há três possíveis sanções administrativas para isso: multa; publicação na imprensa da decisão condenatória da empresa; e sanções da

Lei n. 8.666/93. Há também sanções judiciais que podem ser aplicadas, como a decretação de perdimento de bens, a suspensão das atividades ou até mesmo a extinção da pessoa jurídica.

Sinduscon/PR: O que é compliance?

Fernando Vernalha Guimarães: Compliance é o conjunto de procedimentos e cautelas empresariais com vistas a minimizar o risco de práticas de corrupção. Envolve uma etapa de diagnóstico de riscos, uma etapa de efetiva implementação das medidas preventivas, assim como uma etapa de atualização e revisão periódica desses procedimentos.

Sinduscon/PR: Quais são os benefícios que o programa de compliance pode gerar para as empresas?

Luiz Fernando Pereira: São diversos. Em primeiro lugar, há um benefício jurídico derivado diretamente da legislação anticorrupção. As empresas

que possuírem programas de compliance (batizado pela legislação de programa de integridade) devidamente auditado e aceito pelas Administrações terão atenuação de penas, nos termos da regulação. Em segundo lugar, há benefícios econômicos consistentes na redução do risco de responsabilização da empresa quanto ao pagamento de multas e de indenização civil.

Sinduscon/PR: Quais as recomendações para que as empresas possam implementar programas de compliance reconhecidos pela legislação?

Luiz Fernando Pereira: É importantíssimo que esses programas sejam delineados e implementados com vistas a atender a legislação anticorrupção. Afinal, o reconhecimento de um programa de compliance como suficiente para que produza seus efeitos jurídicos dependerá de sua correspondência aos requisitos prescritos pela regulação. E para isso é fundamental que a sua execução seja realizada por consultoria jurídica especializada.

Fernando Vernalha Guimarães e Luiz Fernando Pereira são sócios do escritório Vernalha Guimarães & Pereira (www.vgpadvogados.com.br) que, dentre suas áreas de especialização, dedica-se à consultoria na implantação de programas de compliance, assim como no atendimento de questões associadas à legislação anticorrupção.

Confira o texto na íntegra no site do Sinduscon-PR: www.sindusconpr.com.br